

Gonçalves de Barros Costa Sucena Paiva, na sequência de concurso externo de ingresso.

Mais se torna público que, conforme acta do júri do estágio, homologada em 8 de Fevereiro de 2007, foi deliberado insentá-los do prosseguimento do estágio.

7 de Março de 2007. — O Vereador dos Recursos Humanos, com delegação de assinatura, *Pedro Caldeira Santos*.

2611005022

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso (extracto) n.º 7212/2007

Nomeação de pessoal

Para efeitos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-lei 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, pelos meus despachos n.ºs 05/MAR/2007, de 20 de Março, e 11/MAR/2007, de 23 de Março, e na sequência de concursos externos de ingresso para provimento de, respectivamente, um lugar da categoria/carreira de fiel de armazém, grupo de pessoal auxiliar, e de um lugar de operário da carreira de electricista, grupo de pessoal operário qualificado, abertos por avisos publicados no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, n.º 133, de 12 de Julho de 2006, foram nomeados os candidatos aprovados em 1.º lugar em cada concurso, respectivamente, Darlene Vieira Alves e Domingos Fernandes Barbosa. Os nomeados deverão tomar posse dos respectivos lugares no prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

3 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*.

2611004705

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

Aviso n.º 7213/2007

Aviso n.º 9

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 16 de Março corrente, foi nomeado para o lugar de técnico superior assessor principal da carreira técnica superior (engenharia civil) o funcionário Francisco Pereira da Rocha, na sequência de reposicionamento ao abrigo do n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, aplicada à administração local pelo Decreto-lei n.º 93/2004.

A nomeação é feita ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, com eficácia retroactiva a partir de 8 de Janeiro de 2006. (A presente nomeação não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Março de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Abílio José F. da Silveira*.

2611004805

Aviso n.º 7214/2007

Aviso n.º 10

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Março corrente, foi nomeada para o lugar de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior (psicologia), a candidata aprovada no respectivo estágio Ana Sofia de Noronha Freire.

A nomeação é feita ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, com eficácia retroactiva a partir de 13 de Março de 2007. (A presente nomeação não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Abílio José F. da Silveira*.

2611004806

Aviso n.º 7215/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 21 de Março corrente, foi nomeada para o lugar de técnico de 2.ª classe da carreira técnica (engenharia geográfica), a candidata aprovada no respectivo estágio Cármen João Silva Lamego.

A nomeação é feita ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, com eficácia retroactiva

a partir de 24 de Fevereiro de 2007. (A presente nomeação não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Março de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Abílio José F. da Silveira*.

2611004812

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTREMOZ

Aviso n.º 7216/2007

Licenciamento da operação de loteamento requerida por Manuel Ambrósio Pola Prates — Discussão pública

Jorge Manuel Correia Canhoto, vereador do Ambiente e Ordenamento do Território da Câmara Municipal de Estremoz, faz público que, nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra aberta a discussão pública, conforme preceitua o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, pelo período de 15 dias após a publicação no *Diário da República*, relativa ao licenciamento da operação de loteamento requerida por Manuel Ambrósio Pola Prates, residente na Vivenda Prates, Estrada de São Domingos, em Estremoz, que incide sobre uma parcela do prédio rústico denominado Olival à Estrada de Mamporcão, freguesia de Santa Maria, deste concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Estremoz sob o n.º 01650/120496, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 178-F parte, com a área de 16 459,08 m².

A operação de loteamento insere-se em zona de espaço urbanizável de reserva de acordo com o Plano Director Municipal.

O processo de loteamento pode ser consultado todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente, na Secção de Obras Particulares desta Câmara Municipal.

As reclamações, observações e sugestões que os interessados entendam apresentar sobre o referido loteamento deverão ser feitas por escrito e com a identificação completa do seu subscritor em folhas de papel de formato A4, contendo os assuntos bem especificados, as quais deverão ser entregues ou remetidas por correio, sob registo, na Câmara Municipal.

Para conhecimento geral se publica o seguinte aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos locais de estilo.

23 de Março de 2007. — O Vereador do Ambiente e Ordenamento do Território, *Jorge Manuel Correia Canhoto*.

2611004794

CÂMARA MUNICIPAL DE FARO

Aviso n.º 7217/2007

Discussão pública — Operação de loteamento urbano na Rua do Dr. Egas Moniz, Montenegro, Faro — Processo de obras n.º 1742/04

O Dr. José Apolinário Nunes Portada, presidente da Câmara Municipal de Faro, torna público que foi deliberado em reunião da Câmara de 6 de Março de 2007 manifestar a intenção de aprovar a operação de loteamento em nome de Correia e Louro, Construções Cível, L.^{da} A operação do loteamento em causa incide sobre uma parcela com a área de 10 678 m² localizada na Rua do Dr. Egas Moniz, Montenegro. A proposta prevê a constituição de seis lotes, sendo quatro destinados à construção de moradias unifamiliares em banda de dois pisos mais cave e dois lotes destinados a habitação colectiva, um com quatro pisos e outro com dois, formando um conjunto com uma área de construção total de 4378 m², e proceder à abertura de um período de discussão pública do loteamento atrás citado, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 22.º do regime jurídico da urbanização e da edificação estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, podendo os interessados consultar o processo na Secretaria de Obras Particulares desta Câmara Municipal e apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões, devendo as mesmas serem dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Faro e remetidas pelo correio ou entregues no local acima indicado, durante o período de discussão pública. Este iniciar-se-á 8 dias após a publicação deste aviso no *Diário da República* e terá a duração de 15 dias de acordo com o n.º 3 do artigo atrás referido.

7 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Apolinário*.

2611004833